

Editorial

A agricultura familiar e orgânica e o desenvolvimento sustentável

Denise Franca Barros¹

A maior visibilidade da preocupação socioambiental nas últimas décadas (BANERJEE, 2011; HAUGH; TALWAR, 2010) tornou tais problemas relevantes para distintos atores em várias arenas: corporações, especialistas, governos, organizações não-governamentais, lobbies, política, academia, ativistas e para o público em geral (MILNE; KEARINS; WALTON, 2006).

O relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, (ONU, 1987) introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável na esfera das políticas públicas e, desde então, aparece como fundamental para a gestão das empresas e para os negócios em geral (HAUGH; TALWAR, 2010). O relatório sustenta que o mau uso dos recursos naturais será responsável por levar o mundo ao colapso, sendo imperativo equilibrar os interesses econômicos, sociais e ecológicos. Em tal cenário, o desenvolvimento sustentável poderia ser considerado uma perspectiva de gestão que ajudaria a preservar a vida e proteger o meio ambiente, e o uso dos recursos naturais, os padrões de desenvolvimento tecnológico investimentos e mudanças instituições deveriam ser levados em consideração nas necessidades humanas atuais e futuras (BANERJEE, 2002).

Dentro desse contexto, a alimentação, a agricultura e a produção de alimentos são fenômenos que ocupam importante lugar, seja pelas práticas alimentares, pela segurança alimentar, pelo uso do solo, pelas condições de vida e trabalho de populações rurais, bem como pelas consequências de tais processos. Segundo a ONU, 38% da superfície terrestre são ocupadas pela agricultura, e a participação da agricultura familiar é preponderante: cerca de 90% dos 570 milhões de fazendas no mundo são familiares. Pesquisas indicam que o agronegócio brasileiro é responsável por 20% dos empregos no país, empregando 19 milhões de

¹ Docente do programa de Pós-Graduação em Administração da Unigranrio. E-mail: denise.fb@globo.com

pessoas, sendo que a grande maioria, 11,5 milhões, está na agricultura familiar, e os números não incluem agricultores que produzem apenas para consumo próprio (G1, 2016).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO, a agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento sustentável e, embora não seja sinônimo de agricultura orgânica ou agroecológica, o Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos classifica como agricultores familiares cerca de 80% dos seus 15 mil inscritos.

Para Assad e Almeida (2004), as propostas de agricultura sustentável não apenas são pouco numerosas e incipientes no Brasil, como também são desprestigiadas em detrimento do que hoje se chama de agricultura “convencional”. Embora a atividade agrícola seja praticada há 10 mil anos e somente após a Segunda Guerra Mundial é que tenha passado “a se caracterizar pela dependência de fertilizantes e pesticidas sintéticos, com o aparecimento do DDT e seus análogos (1946/48), assim como da mecanização agrícola (1955/56)” (ROEL, 2002, p.57), o modelo mais recente é comumente percebido como se fosse um padrão histórico. Tal percepção é problemática porque, ao industrializar a agricultura, os benefícios de maximização da produção não são garantidos na totalidade dos casos, como aponta Maluf (2004).

Segundo Roel (2002) e Assad e Almeida (2004), a agricultura industrial é caracterizada pela utilização de alta tecnologia (que gera altos custos de produção), a utilização de variedades de alta resposta, o uso obrigatório de fertilizantes, herbicidas e defensivos, a mecanização e a pequena diversidade genética. Tais características tornam o solo e as plantas mais suscetíveis a pragas e doenças (SOUSA et al, 2012; REGANOLD; WACHTER, 2016). Além do dano ao solo, o uso intensivo de substâncias químicas pode representar risco ao consumidor dos alimentos produzidos, bem como ao trabalhador rural (ASSAD; ALMEIDA, 2004; NIEDERLE, 2017). Além disso, como as áreas destinadas à agricultura industrializada são grandes e amplamente mecanizadas, tal sistema de produção pode contribuir fortemente para o descolamento do homem do campo, gerando outros problemas sociais derivados da migração urbana.

Kageyama et al (2013) afirmam que a agricultura familiar é responsável por 52% do valor da produção. Hoffman (2014) aponta que a contribuição da produção

agrícola familiar pode chegar a percentuais bastante elevados na comparação com a produção não-familiar, como no caso do leite de vaca (57%), feijão preto (76%) e mandioca (83%), no entanto, a afirmação de que 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros viriam de agricultura familiar seriam inverídicos. Ainda assim, vários trabalhos (e.g. ROEL, 2002; ASSAD; ALMEIDA, 2004; MALUF, 2004; HOFFMAN, 2014; NIEDERLE, 2017) reafirmam a importância da agricultura familiar.

Claro está que os sistemas industriais de produção agrícola são importantes sob vários pontos de vista. As mudanças ocorridas nos últimos 50 anos na agricultura aumentaram a capacidade mundial de fornecimento de alimento e diminuíram a dependência das estações (KEARNEY, 2010), mas toda a prática agrícola (industrializada ou orgânica) gera impactos no ambiente (ASSAD e ALMEIDA, 2004). Sendo assim, torna-se fundamental que se considerem as consequências do fenômeno que, muitas vezes, não são previstas com antecedência. Como bem coloca Niederle (2017, p. 177):

Na outra ponta da cadeia, o consumo alimentar moderno resulta em uma catástrofe da saúde pública. Obesidade, diabetes, hipertensão e uma ampla gama de doenças reforçam os limites dos padrões alimentares contemporâneos, ao mesmo tempo em que sustentam os impérios edificados pelas indústrias químicas, as quais foram capazes de unificar o controle da produção de agrotóxicos e remédios. Esta sim se tornou uma verdadeira integração de mercados dinâmicos: o maior consumidor mundial de agrotóxicos já se tornou o oitavo maior mercado mundial de medicamentos

Além da urgência de se pensar as consequências da atividade agrícola industrial, há a emergência de novos mercados que trazem dinamismo à atividade rural (NIEDERLE, 2017). Segundo o autor, estariam incluídos os alimentos produzidos de formas tradicionais (colonial, caipiras), sistemas étnicos-culturais (quilombola, pomerano, indígena), origem reconhecida (indicação geográfica), sistemas sustentáveis de manejo (ecológicos, orgânicos) e formas sociais de produção (produto da reforma agrária, produto da agricultura familiar). Quando falamos especificamente do mercado de orgânicos, temos várias estatísticas que indicam uma forte tendência de popularização, crescimento e rentabilidade, como colocam Fonseca et al (2009), Sampaio e Gosling (2014), Reganold e Wachter (2016), entre muitos outros.

Reganold e Wachter (2016) definem agricultura orgânica (ou biológica ou ecológica) como aquela que combina técnicas de agricultura tradicionais de conservação com tecnologias modernas e enfatiza a rotação das culturas, o gerenciamento natural das pragas, a diversificação das culturas agrícolas e pecuaristas, com o uso de adubos animais e naturais. Em Sousa et al (2012), temos que alimentos orgânicos são alimentos *in natura* ou processados produzidos sem pesticidas sintéticos, fertilizantes químicos, medicamentos veterinários, organismos geneticamente modificados, conservantes, aditivos e radiação. O consumo de tais alimentos é considerado uma das maiores tendências da alimentação nas próximas décadas (KEARNEY, 2010) e, embora os benefícios ainda não sejam inteiramente comprovados (SOUSA ET AL, 2012; REGANOLD; WACHTER, 2016), parecem levar a uma das principais preocupações do consumidor de alimentos hoje: a saúde. No Brasil e no mundo, há um grande aumento de importância do que se chama alimentação saudável e com a composição nutricional dos alimentos em geral, bem como com as questões sociais que derivam da atividade agrícola (FONSECA et al, 2009; SAMPAIO; GOSLING, 2014; KEARNEY, 2010; NIEDERLE, 2017).

Em tal cenário, o artigo “Um estudo sobre os agricultores familiares orgânicos do estado do Rio de Janeiro: as dimensões da confiança” é importante para que sejamos mais capazes de compreender algumas das dificuldades enfrentadas por um setor tão importante econômica, laboral e socialmente. Outro ponto relevante do artigo é a delimitação geográfica da pesquisa. O estado do Rio de Janeiro é mais representado em pesquisas sobre outros setores econômicos e, no entanto, a agricultura é muito importante sob vários pontos de vista. Economicamente falando, a agricultura representa importante fatia do PIB do estado, tendo movimentado em 2008 cerca de 13 bilhões de reais, o que representou 4% do PIB geral do Brasil. Levando-se em consideração que o IBGE aponta que o Rio de Janeiro tem o maior percentual de população urbana do país, o valor da produção agrícola torna-se ainda mais relevante. O êxodo rural e o conseqüente deslocamento de grandes populações para áreas urbanas são apontados como fortes influências para o agravamento de problemas sociais que as grandes cidades vivem hoje, como a violência e a saturação dos serviços públicos fundamentais, como educação e saúde. Além disso, a confiança, considerada pelas autoras como dimensão fundamental para a estruturação e sustentação de tal atividade produtiva, é também

importante conceito nos estudos sobre o consumo de alimentos orgânicos, o que pode representar contribuição para pesquisas futuras sobre o sistema alimentar como um todo. Hugher et al (2007) e Sampaio e Gosling (2014) apontam que a confiança no marca/produtor é ponto fundamental no comportamento de compra e consumo de orgânicos.

Referências

AMUNDSON, R.; BERHE, A. A.; HOPMANS, J. W.; OLSON, C.; SZTEIN, A. E.; SPARKS, D. L.. Soil and human security in the 21st century. *Science*, v.348, n.6235, 2015.

ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade. *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. p.15-30, 2004.

BANERJEE, S.R. Corporate environmentalism: the construct and its measurement. *Journal of Business Research*, v.55, n.3, 2002.

BANERJEE, S.R. Embedding Sustainability Across the Organization: A Critical Perspective, *Academy of Management Learning & Education*, v.10, n.4, p. 719-731, 2011.

FONSECA, M.F.A.C.; SOUZA, C.; SILVA, G.R.R.; COLNAGO, N.F.; BARBOSA, S.C.A. *Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

FONSECA, A.B.; SOUZA, T.S.N.; FROZI, D.S.; PEREIRA, R.A. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa de nutrição. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 9, p.3853-3862, 2011.

G1. Agronegócio brasileiro emprega 19 milhões de pessoas. Portal G1. 26 dez. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/12/agronegocio-brasileiro-emprega-19-milhoes-de-pessoas.html> Acesso em: 02 jan. 2017.

HAUGH, H.M.; TALWAR, A. How do Corporations Embed Sustainability Across the Organization? *Academy of Management Learning & Education*, v.9, n.3, p. 384-396, 2010.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

HUGHNER, R.S.; MCDONAGH, P.; PROTHERO, A.; SHULTZ II, C.J.; STANTON, J. Who are organic food consumers? A compilation and review of why people purchase organic food. *Journal of Consumer Behaviour*, n.6, p.1-17, 2007.

KAGEYAMA, A.A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.51, n.1, p.105-122, 2013.

MILNE, M.J.; KEARINS, K.; WALTON, S. Creating Adventures in Wonderland: The Journey Metaphor and Environmental Sustainability. *Organization*, v.13, n.6, p. 801-839, 2006.

NIEDERLE, P.A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ROEL, A.R. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. *Interações*, v.3, n.4, p.57-62, 2002.

SAMPAIO, D.O.; GOSLING, M. Intenção de compra e consumo de alimentos orgânicos. *Revista Gestão Organizacional (RGO)*, v. 7, n. 1, p.43-62, 2014.

SOUSA, A.A.; AZEVEDO, E.; LIMA, E.E.; SILVA, A.P.F. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 31, p. 513-517, 2012.